

Campos: dívida limita reaquecimento

Da sucursal de
SANTOS

O embaixador do Brasil em Londres, Roberto Campos, disse ontem, no Guarujá, que a dívida externa será "sem dúvida um grande fator limitativo a qualquer tentativa de reaquecimento". Apesar disso, Campos acredita que a posição de endividamento do Brasil parece bem menos grave que a de outros países, cuja relação entre dívida externa e Produto Nacional Bruto ou Produto Interno Bruto é muito maior. É o caso, inclusive, de alguns países produtores de petróleo, como México e Venezuela, que têm uma relação dívida — PIB — menos favorável que a do Brasil.

Campos ressaltou que o importante, para determinar o grau de flexibilidade no manejo de recursos, é exatamente a diversificação e o volume do PIB. "É essa medida — disse — que o Brasil deve escolher para enfatizar junto aos organismos internacionais e, felizmente, temos tido, nisso, a ajuda dos economistas do Banco Mundial, que cada vez mais, hoje, buscam relacionar endividamento com PIB e não o endividamento com exportações.

O embaixador advertiu que muitos problemas dos países subdesenvolvidos são devidos à "falta de desejo de reformas e à falta de desejo de poupanças internas". Sem essa preocupação, nenhuma ajuda externa "vai tirá-los do subdesenvolvimento". E citou o caso da Arábia Saudita, onde a existência de recursos não resultou em desenvolvimento, e o exemplo de Israel e Japão, desenvolvidos, apesar de não possuirem grandes territórios.

IMPREVISTOS

Roberto Campos admitiu que a dívida subiu a níveis não visualizados pelos planejadores brasileiros, que no início da crise do petróleo optaram por um alto endividamento e alto crescimento. "Essa opção — afirmou — teria sido a aposta mais racional e perfeitamente válida se as previsões iniciais se tivessem concretizado, ou seja, uma crise de petróleo transitória não segui-

da de um repique poucos anos depois, o repique de 1979/80, e uma recessão mais curta nos países industrializados."

Apesar desses imprevistos, Roberto Campos considera a dívida brasileira "perfeitamente administrável". E, na sua opinião, ela tem sido de modo geral bem administrada pelo Banco Central, "também em termos de fidedignidade do registro de seu montante". Disse que alguns países, por exemplo, ou não têm estatísticas do endividamento global ou as excluem do seu endividamento, "para melhorar cosmeticamente seu perfil externo". E acrescentou: "Nós somos, aí, de um total despudor, revelando o panorama total do endividamento, quer pelo fato de que nos temos preocupados muito em manter um razável perfil da dívida, enfatizando a dívida de longo prazo antes que dívidas de curto prazo".

As outras opções, que o Brasil não quis adotar para enfrentar a crise do petróleo, eram um crescimento negativo sem endividamento, seguida por vários países industrializados que rapidamente eliminaram o seu déficit de pagamento. A segunda opção seria baixo endividamento e baixo crescimento.

Campos analisou as relações entre os países industrializados e os outros, que, mediante mudanças semânticas, vêm sendo chamados sucessivamente de pobres, atrasados, subdesenvolvidos, em desenvolvimento. "Alguns — esclareceu — são promovidos a semi-industrializados e outros, segundo uma colocação maldosa, recebem a designação de países grávidos de expectativa."

Campos referiu-se também à "ambivaléncia" da América Latina e dos Estados Unidos. A seu ver, porque os latino-americanos gostariam de um capitalismo sem lucro, de um socialismo sem disciplina, de investimentos estrangeiros sem investidores. Enquanto isso, os países industrializados defendem o comércio livre, "desde que os competidores não sejam eficientes".

PROTECIONISMO

Sobre medidas protecionistas de países desenvolvidos em relação a pro-

dutos primários, Roberto Campos afirmou que o Brasil vem enfrentando dificuldades. "As épocas de recessão em países industrializados são também épocas de irracionalidade econômica, em que, de um lado, eles mantêm a retórica do livre comércio e, do outro, praticam o protecionismo, o que tem afetado alguns dos nossos produtos industrializados", disse o embaixador. Em relação a produtos primários, como a carne e o açúcar, o protecionismo, segundo declarou, está concentrado principalmente no Mercado Comum Europeu.

Esclareceu que, através de subvenções, o MCE se transformou num exportador, competindo com o Brasil ao invés de aceitar uma postura "que seria mais racional de importador". O segundo problema é uma discriminação entre países subdesenvolvidos, que têm mais fácil acesso ao MCE do que o Brasil. Qual a receita para isso? De um lado, segundo Campos, manter uma pressão contínua para um maior entendimento, lutando por bons preços dos produtos primários, o que, no fundo, auxilia os países industrializados, dando-lhes garantia de suprimento estável e criando demanda para suas exportações. De outro lado, o País deve diversificar as exportações.

Respondendo à uma pergunta, Roberto Campos disse, ainda, que a "City" ficou bem impressionada com a nova política de austero disciplinamento monetário, fiscal e cambial, inaugurada no Brasil a partir de dezembro de 80. Por isso, os banqueiros londrinos não vêem riscos de empréstimos ao Brasil. A perspectiva internacional, os fenômenos que hoje afetam o País, como desemprego setorial, evidências de recessão em alguns ramos econômicos, constituem, a seu ver, um preço necessário de combate à inflação. O que parecia estranho aos círculos financeiros internacionais, de acordo com o embaixador, é que o Brasil "acreditava ou parecia acreditar no combate indolor à inflação".